

Sumário

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

- Código do Consumidor: alguns porquês e senões*
José Geraldo Brito Filomeno 15
- Instrumentos jurídicos de prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico: gestão integrada de acordo com o novo Marco Regulatório do Saneamento Básico no Brasil (Lei nº 14.026/2020)*
Alexandre Levin 39
- O valor probante dos pareceres dos assistentes técnicos das partes no processo previdenciário: uma abordagem valorativa*
Augusto Grieco Sant'Anna Meirinho53
- A teoria da quarta instância no processo internacional de apuração às violações de direitos humanos*
André Luiz Valim Vieira..... 71

JURISPRUDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Revalidação de diploma estrangeiro. Atuação no Programa Mais Médicos. Argumentos que não abalam a fundamentação e a conclusão exaradas na decisão vergastada.*
Ag ApCiv 5002000-21.2018.4.03.6115
Desembargador Federal Johansom Di Salvo.....87
- Usucapião extraordinária. Imóvel situado parcialmente em terreno de marinha. Imóvel sem aforamento.*
ApCiv 5003907-64.2018.4.03.6104
Desembargador Federal Valdeci Dos Santos..... 90

Mandado de Segurança. Processo administrativo. Decorrido o prazo legal para análise. Direito líquido e certo violado. Via adequada.

RemNecCiv 5008587-79.2019.4.03.6000

Desembargador Federal Nery Júnior..... 98

Conselho Regional de Administração de São Paulo. Empresa que atua na administração de condomínios, intermediação de mão de obra, venda e locação de imóveis. Registro. Desnecessidade. Precedentes do C. STJ e desta Corte.

ApCiv 5014887-48.2019.4.03.6100

Desembargadora Federal Marli Ferreira102

INFRAERO. Contrato de concessão de uso de área em aeroporto. Hora Park. Sistema de estacionamento rotativo. Covid-19. Suspensão e prorrogação contratuais.

AI 5026755-53.2020.4.03.0000

Desembargadora Federal Mônica Nobre109

DIREITO AMBIENTAL

Ação Civil Pública. Dano ambiental. Ampliação da Rodovia Transbrasiliana. Implantação de sistema de drenagem. Pedido recursal. Ausência de plausibilidade jurídica.

AI 5025722-28.2020.4.03.0000

Desembargador Federal Toru Yamamoto115

DIREITO CIVIL

CEF. Relação de consumo. Abertura de conta mediante fraude. Responsabilidade civil objetiva. Dano material. Honorários advocatícios. Causalidade.

ApCiv 0018676-19.2014.4.03.6100

Desembargador Federal Carlos Francisco133

DIREITO PENAL

Importação de medicamentos sem registro no MAPA e de produtos de uso proscrito no Brasil. Desclassificação. Contrabando. Condenação artigos 334, “caput”, do CP (redação anterior) e 334-A do CP. Continuidade delitiva. Súmula 711 do STF. Elevação do percentual de aumento de pena.

ApCrim 0012418-02.2014.4.03.6000

Desembargador Federal Fausto De Sanctis..... 147

Crime de preconceito. Racismo. Nazismo. Lei nº 7.716/1989. Concurso formal. Continuidade delitiva. Dosimetria da pena.

ApCrim 0004491-27.2015.4.03.6104

Desembargador Federal Nino Toldo156

Uso de formulário de identificação do condutor e cópia da CNH falsa perante a Polícia Rodoviária Federal. Atipicidade. Absolvição, de ofício, com fundamento no art. 386, III, do CPP.
ApCrim 0009862-56.2016.4.03.6000
Desembargador Federal José Lunardelli.....160

Artigos 48 e 69 da Lei nº 9.605/1998. Dosimetria. Pena-base. Pena de multa.
ApCrim 0000386-23.2018.4.03.6000
Desembargador Federal Maurício Kato..... 167

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Salário-maternidade. Nulidade da sentença. Atividade rural. Falta de oitiva de testemunhas. Cerceamento de defesa.
ApelRemNec 0000305-84.2014.4.03.6139
Desembargador Federal Luiz Stefanini183

Desaposentação. Súmula 343 do STF. Questão constitucional. Afastamento. RE 661.256/SC. Repercussão Geral. Embargos de Declaração. Modulação de efeitos. Conservação. Trânsito em julgado. Devolução. Descabimento.
AR 5003096-54.2016.4.03.0000
Juíza Federal Convocada Leila Paiva..... 187

Aposentadoria por idade. Períodos em gozo de auxílio-doença. Cômputo para fins de carência, desde que intercalados com períodos contributivos. Implementação dos requisitos.
ApCiv 5000346-12.2018.4.03.6143
Desembargador Federal Paulo Domingues 197

Pensão por morte. União estável. Observância devida dos artigos 74 e 77, § 2º, V, da Lei nº 8.213/1991.
ApCiv 5001769-24.2018.4.03.6105
Desembargadora Federal Lucia Ursaia.....201

Revisão. Conversão de aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria especial. Agentes biológicos. Possibilidade. Requisitos preenchidos.
ApCiv 5001970-07.2018.4.03.6108
Desembargador Federal Batista Gonçalves..... 204

Recálculo de renda mensal inicial de benefício. Pedido de pagamento de danos morais diante de demora injustificada na concessão do benefício. Consectários.
ApCiv 5006758-96.2019.4.03.6183
Desembargador Federal Gilberto Jordan 211

Aposentadoria por tempo de contribuição. Atividade especial. Vigilante. Julgamento do tema 1031 pelo STJ. Prévía fonte de custeio.
Ag ApCiv 5822422-35.2019.4.03.9999
Desembargador Federal Sérgio Nascimento 222

Auxílio doença. Aposentadoria por invalidez. Ausência de incapacidade na data da perícia. Conjunto probatório.

ApCiv 5902425-74.2019.4.03.9999
Juíza Federal Convocada Giselle França 224

Mandado de Segurança. Liberação de parcelas de seguro-desemprego. Sócio de empresa. Ausência de renda.

ApCiv 5003808-26.2020.4.03.6104
Desembargador Federal Newton De Lucca 230

Aposentadoria por tempo de contribuição. Conversão em aposentadoria especial. Rescisória. Erro de fato. Violação literal à dispositivo de lei. Revisão de benefício. Tempo de atividade especial insuficiente. Determinada revisão da RMI.

AR 5033445-98.2020.4.03.0000
Desembargador Federal Carlos Delgado 233

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Execução Fiscal. Apelação em Embargos de Terceiro. Aquisição sucessiva de veículo. Fraude à execução não caracterizada.

ApCiv 0007162-52.2008.4.03.6109
Desembargador Federal Souza Ribeiro245

Restauração de autos. Reprodução parcial dos documentos necessários ao julgamento. Pedido de desistência do Recurso Especial. Procedência.

ApCiv 0002281-42.2011.4.03.6104
Desembargadora Federal Daldice Santana..... 251

Embargos de Terceiro. Honorários advocatícios de sucumbência. Titularidade dos advogados públicos. Declaração incidental de inconstitucionalidade dos artigos 27 a 36 da Lei nº 13.327/2016 e determinação de, ao final, conversão em renda em favor da União Federal. Julgamento “extra petita”. Questão atinente à fase de cumprimento de sentença.

ApCiv 0008198-87.2016.4.03.6000
Desembargador Federal Hélio Nogueira 254

Embargos à Execução. Título executivo extrajudicial. Contrato de mútuo. SFH. Cessão de crédito hipotecário. Notificação dos devedores. Prescindibilidade.

ApCiv 0013634-18.2016.4.03.6100
Desembargador Federal Cotrim Guimarães..... 261

Agravo Interno. Sobrestamento. Artigo 1.030, III, CPC. Repercussão geral reconhecida e ainda não julgada. Tema 118 da Repercussão Geral (RE 592.616), ainda carece de julgamento pela Suprema Corte, a quem compete definir sobre eventual extensão ao ISS do entendimento firmado quanto ao ICMS no julgamento do Tema 69.

AG REsp ApelRemNec 5004365-58.2018.4.03.6144
Desembargadora Federal Consuelo Yoshida 266

Execução Fiscal. Redirecionamento. Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica. IRDR nº 0017610-97.2016.4.03.0000. Aplicação ao caso concreto. Cabimento.

AI 5020076-71.2019.4.03.0000

Desembargador Federal André Nabarrete..... 269

Conflito de Competência. Juízo Federal da Capital e Juízo Federal do Interior. Declaração de ofício de incompetência territorial e relativa. Impossibilidade. Aplicação da Súmula 33 do STJ. Reconhecida a competência da Vara Especializada da Capital. Subsistência da Súmula 689 do STF não superada pelo CPC/2015. Interpretação do artigo 51, parágrafo único, do CPC/2015 em conformidade com a Constituição Federal. Proposta de súmula rejeitada.

CCciv 5026141-48.2020.4.03.0000

Desembargadora Federal Inês Virgínia..... 276

Requerimento SERASJUD. Cadastro dos inadimplentes. Tema 1026 STJ. Alegação feita diretamente no Tribunal. Supressão de instância.

AI 5029724-41.2020.4.03.0000

Desembargador Federal Antonio Cedenho..... 292

Conflito de Competência. Ação em que se postula a concessão do auxílio emergencial previsto na Lei nº 13.982/2020. Prestação pública afeta à seara do direito administrativo. Competência da Vara Federal Cível.

CCciv 5030213-78.2020.4.03.0000

Desembargador Federal Wilson Zauhy 296

Justiça gratuita. Recebimento de valores brutos superiores a R\$ 3.000,00.

AI 5001649-55.2021.4.03.0000

Juiz Federal Convocado Marcelo Guerra..... 302

Cumprimento de sentença. Autora interdita maior e incapaz. Levantamento de parcelas atrasadas pela genitora/curadora. Possibilidade. Prestação de contas.

AI 5001703-21.2021.4.03.0000

Desembargador Federal Nelson Porfírio 306

Conflito Negativo de Competência. Vara Federal e Juizado Especial Federal Adjunto. Carta precatória. Audiência de instrução. Recusa no cumprimento presencial que se tem como correta.

CCciv 5004347-34.2021.4.03.0000

Desembargador Federal Therezinha Cazerta 309

Sucessão processual. Óbito da parte exequente. Valores vencidos. Cônjuge. Beneficiária de pensão por morte. Artigo 112 da Lei nº 8.213/1991.

AI 5004474-69.2021.4.03.0000

Desembargador Federal David Dantas 331

Conflito Negativo de Competência. Decisão declinatória. Competência para processar e julgar a ação de Mandado de Segurança: sede funcional da autoridade impetrada ou opção de propor a ação mandamental em seu domicílio.

CCCiv 5012178-36.2021.4.03.0000

Desembargadora Federal Marisa Santos335

Ação Civil Pública. Suspensão de Tutela Antecipada. Município de Votuporanga/SP. Covid-19. Suspensão de fiscalizações e autuações administrativas previstas no Decreto Municipal nº 13.409/2021 (art. 16), no que diz respeito às limitações impostas ao direito constitucional de livre locomoção (arts. 2º, “caput”, e 3º, inciso IX). Alegação de ilegalidade e inconstitucionalidade dos dispositivos citados.

SLAT 5014620-72.2021.4.03.0000

Desembargador Federal Mairan Maia 338

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Agravo Regimental. Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). CPP, art. 28-A. Conversão do feito em diligência. Acolhimento de preliminar recursal. Art. 334-A, § 1º, IV, e art. 273, § 1º-B, I c. c. o art. 69, todos do CP.

AgRg ApCrim 0017620-62.2016.4.03.6105

Desembargador Federal André Nekatschalow 349

Mandado de Segurança. Requisição direta à provedora de internet pela autoridade policial de dados referentes ao IP de criação de determinado e-mail e seu período de atividade. Impossibilidade. Enquadramento em disponibilização de registros de conexão e de acesso a aplicações da internet de que trata a Lei nº 12.965/2014. Necessidade de autorização judicial para a devida quebra de sigilo de dados e telemático.

ApCrim 5006726-03.2020.4.03.6104

Desembargador Federal Paulo Fontes353

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mandado de Segurança. Indenização por desapropriação de imóvel. Não incidência de IRPJ e CSLL. REsp 1.116.460/SP e precedentes desta Corte. Compensação. Pagamento de honorários advocatícios. Impossibilidade.

ApelRemNec 0008551-38.2009.4.03.6109

Desembargador Federal Nelton Dos Santos 361

Aduaneiro. Admissão temporária. Garantia. Pedido de prorrogação. Seguro garantia em desconformidade ao artigo 11, § 3º da IN SRF nº 1.361/2013.

ApCiv 0003105-59.2015.4.03.6104

Desembargador Federal Marcelo Saraiva.....370

Execução Fiscal. Inclusão da dívida no PERT. Amortização do saldo devedor com a utilização de prejuízos fiscais. Necessidade de análise da regularidade pela PGFN. Portaria PGFN nº 1.207/2017. Impossibilidade de extinção imediata dos créditos e da Execução Fiscal. Manutenção da garantia.

ApCiv 0005047-42.2019.4.03.9999

Desembargadora Federal Diva Malerbi374

Mandado de Segurança. PIS/COFINS. Regime da não-cumulatividade. Creditamento. Aluguéis. Previsão que não abarca gastos acessórios alheios ao preço pelo uso e gozo do bem, ressalvadas as “luvas” (artigo 23, III, Lei nº 4.506/1964). Insumos. Prestação de serviços. Fabricação de bens ou produtos destinados à venda. REsp 1.221.170. Temas repetitivos 979 e 980. Essencialidade e relevância. Objeto social. Despesas operacionais.

ApCiv 5027214-25.2019.4.03.6100

Desembargador Federal Carlos Muta380

Execução Fiscal. Substituição de penhora de dinheiro por seguro garantia. Covid-19. Impossibilidade.

AI 5025570-77.2020.4.03.0000

Desembargador Federal Peixoto Junior395

SENTENÇAS

Ação Penal. Ditadura militar. Preso político. Crime contra a humanidade. Conduta tipificada no artigo 148, § 2º, do CP. Sequestro. Agressões físicas e psicológicas. Regime de incomunicabilidade. Privação permanente da liberdade. Dependências do DOI-CODI, DOPS e, por fim, no presente, em local ignorado.

0011580-69.2012.4.03.6181

Juiz Federal Silvio Gemaque..... 407

Ação de reintegração de posse. Administradora do Aeroporto de Congonhas, titular do direito de posse da área que compreende todo o sítio aeroportuário. Ocupação por mais de 200 famílias, parte delas por mais de uma década. Construção de casas e prédios de três ou mais pavimentos, colocando em risco as operações do aeroporto, sobretudo o tráfego de helicópteros.

0015207-62.2014.4.03.6100

Juíza Federal Silvia Figueiredo Marques452

Pleito de aposentadoria por invalidez ou restabelecimento de auxílio doença. Indeferimento da prorrogação de benefício anterior. Malformações arteriovenosas (MAV). Doença tipicamente congênita. Crises epiléticas e dores de cabeça. Doença preexistente à filiação do segurado. Incapacidade resultante do agravamento da moléstia.

5001980-78.2019.4.03.6120

Juiz Federal Márcio Cristiano Ebert459

Declaração de inexigibilidade de débito relativo ao FIES. Campanha “UNIESP PAGA”. Direcionamento da obrigação de pagamento das parcelas do FIES à instituição de ensino. Compensação de danos morais.

5002014-78.2019.4.03.6144

Juíza Federal Marilaine Almeida Santos.....463

Mandado de Segurança. Atividade econômica desempenhada no segmento de transporte de passageiros na modalidade fretamento. Plataforma tecnológica para contratação de passageiros. Atividade fiscalizatória ANTT.

5000870-74.2020.4.03.6131

Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite473

Ação Civil Pública. Aliança Nacional LGBTI+. Indenização por danos morais coletivos. Homotransfobia como crime de racismo. Depoimento de Ministro a jornal com alegado conteúdo homotransfóbico, notadamente por defender a proibição da discussão da temática dentro das salas de aula e por relacionar a opção pela homossexualidade, em sua origem, a contextos familiares “desajustados”.

5020239-50.2020.4.03.6100

Juíza Federal Denise Avelar480

SÚMULAS

Súmulas do TRF da 3ª Região..... 497

Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região501